

## **Educação Social como forma de inclusão através das políticas públicas: uma experiência exitosa**

### **Social Education as a form of inclusion through public policies: a successful experience**

*Jacyara Silva de Paiva* é Professora adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo, com graduações em Pedagogia e Direito, pós-graduação em Educação Inclusiva e doutorado em Educação. Ativa em pesquisa educacional, com foco em áreas como Educação Social, Desigualdades Sociais e etnicidade afro-brasileira, além de desempenhar papéis importantes em órgãos de promoção da igualdade racial.

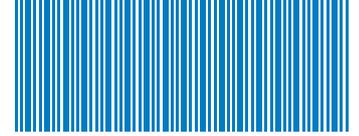
Contato: [jacyarapaiva@hotmail.com](mailto:jacyarapaiva@hotmail.com).

*Elionice Ferreira Fagunde* possui bacharelado em Serviço Social (junho de 2008) e Pós-Graduação em Gestão de Políticas de Assistência Social (dezembro de 2010). É componente da Comissão de Ética e Direitos Humanos do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGSI). Atua em estudos que interseccionam as temáticas de gênero e raça, bem como educação social. Atualmente, é coordenadora do Centro de Referência da Juventude (CRJ) de Novo Horizonte.

Contato: [leufagundes@gmail.com](mailto:leufagundes@gmail.com)

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo apresentar um espaço de educação social voltado para a juventude negra com idade de 15 a 29 anos. O Núcleo Afro Odomodê desenvolve ações afirmativas com políticas públicas voltadas para ações socioeducativas promovendo inclusão social e atendimento da juventude negra da região. Com a leitura dos Planejamentos e Relatórios Anuais do núcleo observamos que existe um trabalho de valorização da cultura negra, de empoderamento juvenil, conscientização, fortalecimento da



identidade étnico-racial e da educação social antirracista no enfrentamento ao racismo e na formação de uma consciência crítica entre os jovens assistidos.

Palavras-chave: Educação social. Educação em espaços não escolares. Juventude negra. Políticas públicas. Inclusão social.

## Abstract

This article aims to present a social education space aimed at black youth aged 15 to 29 years. The Center develops affirmative actions with public policies aimed at socio-educational actions, promoting social inclusion and serving black youth in the region. By reading the Plans and Annual Reports of the Center, we observed that there is an effort to encourage: the appreciation of black culture; youth empowerment; awareness; strengthening of ethnic-racial identity; anti-racist social education; the confrontation of racism; and the formation of a critical consciousness among the young people assisted.

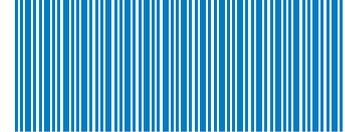
Keywords: Social education. Education in non-school spaces. Black youth. Public policies. Social inclusion.

## Introdução:

Minha esperança surge daqueles lugares de luta onde eu testemunhar indivíduos positivamente transformando suas vidas e o mundo ao seu redor. Educar é uma vocação enraizada na esperança (HOOKS, 2013, p. 20).

A célebre frase do escritor Amadou Hampâté Bâ (2010; p. 193) “cada ancião que morre é uma biblioteca que queima” expressa de maneira contundente como a troca de saberes é crucial para a preservação e transmissão dos conhecimentos às gerações futuras. Esse processo é especialmente evidente em algumas sociedades africanas, nas quais os griôs<sup>1</sup>, figuras centrais nas sociedades africanas, atuam como guardiões da memória coletiva. Eles preservam a história e perpetuam a ancestralidade a partir da memória oral, garantindo a continuidade das tradições e o

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/legado-dos-griôs-e-tecnologia-da-voz-na-ciencia-artes-cultura-e-altivez-diante-dos-racistas>. Acesso em: 06. mai. 2024.



fortalecimento da identidade cultural. A educação, nesse contexto, é vista como um mecanismo essencial para a continuidade da vida humana, possibilitando a criação e recriação de métodos de aprendizagem através de práticas, saberes e fazeres.

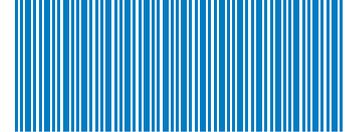
Sendo assim, nas sociedades em que não existiam escolas formalizadas, a educação era integrada à vivência de múltiplas e diferentes situações de troca de saberes entre pessoas, inseridas nos processos de socialização. Essas trocas ocorriam em contextos comunitários e familiares, nos quais o conhecimento era passado de geração em geração por meio de narrativas, rituais e práticas cotidianas.

Portanto não há nada que produza mais esperança para um povo do que a educação. É ela que ainda produz sonhos nos oprimidos, é ela que o oprimido almeja, não importa qual o seu lugar de opressão. Mas, afinal, o que é educação? Que imagens surgem quando pensamos em educação? Qual o significado dessa palavra que ouvimos a nossa vida inteira? São com essas provoc(ações) que iniciamos nosso texto. Começamos então pelo dicionário; segundo Aurélio online a educação é:

Ação ou efeito de educar, de aperfeiçoar as capacidades intelectuais e morais de alguém; processo em que uma habilidade se desenvolve através de seu exercício contínuo; capacitação ou formação das novas gerações de acordo com os ideais culturais de cada povo (2023, s.p).

Carlos Rodrigues Brandão (1989) nos ajuda também a pensar sobre educação quando nos diz que o termo Educação remete a uma definição muito ampla. Se considerado que os processos educacionais e de formação são exercidos em diversos espaços além da escola, é de notório saber que existem outras redes e estruturas sociais de transferência do saber nas quais ainda não foi criado um modelo de ensino formal e centralizado. Para Brandão, a educação não é algo instituído na sociedade contemporânea. Durante milênios a educação fez-se presente na sociedade, nas vivências e na troca de saberes umas com as outras. Ou seja, o processo educativo já acontecia muito antes de ser chamado de educação:

Em mundos diversos, a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais sem classes, de classes, com este ou aquele tipo de conflito entre as suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com



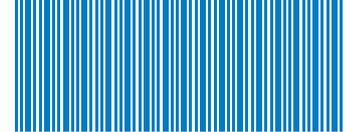
um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas (BRANDÃO, 1989. pp. 8-9).

De acordo com o professor Carlos Rodrigues Brandão, a educação está em toda parte: seja onde existam redes de transferência de saberes de uma geração para outra, seja onde ainda não exista modelo de educação criado formalmente. O professor ainda fala que os processos educativos devem ser pensados no plural e vão muito além da ideia dominante de escolarização. Para o autor, ninguém escapa da educação, pois aprender e ensinar é algo que está no dia a dia, nos afazeres e nas práticas cotidianas. Sendo assim:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (BRANDÃO, 1989, p. 7).

A educação é uma fração da vida dos grupos sociais que criam e recriam suas vidas a partir das realidades e prática em sociedades. Diante disso a educação não está presente apenas nos limites dos portões das escolas. Paiva, Jacyara (2015, São Paulo) vai nos dizer “que a educação escolar não é o único e nem o mais legítimo espaço de formação e informação do ser humano”, corroborando assim com o que refletimos acima. Mas a educação escolar também é educação, e o fato de compreendermos a educação de forma mais ampla não quer dizer que não reconhecemos a importância do espaço educativo chamado escola. Sabemos que a educação ocorre sempre onde existe intencionalidade pedagógica, por isso diversos são os espaços educativos.

Sendo assim, este artigo tem como foco a educação social promovida pelo Núcleo Afro Odomodê, um espaço educativo que desenvolve e articula práticas no âmbito da educação em espaços não escolares, voltadas para jovens negros/as de 15 a 29 anos. Através de ações e práticas socioeducativas, formativas e reflexivas, o núcleo contribui para o resgate da cultura africana e afro-brasileira, bem como para o enfrentamento ao racismo e para a construção de um olhar crítico sobre si mesmos e o ambiente em que vivem. Este estudo é fruto de pesquisas conduzidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que visa analisar o Núcleo Afro Odomodê enquanto espaço de educação não escolar.



Odomodê, que em lorubá significa “juventude”, é um espaço público municipal integrante da Lei 8.784 (2006), que instituiu o Plano Municipal de Juventudes. Esse espaço é subordinado à Coordenação de Política de Direitos da Juventude e vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho (SEMCID) no município de Vitória (ES).

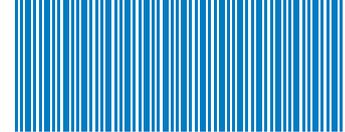
Cabe ressaltar que o Odomodê é a única política pública<sup>2</sup> municipal comprometida a cumprir, simultaneamente, o Estatuto da Igualdade Racial, disposto na Lei nº 12.288/2010 (Brasil, 2010). Esse estatuto garante à população negra a igualdade de oportunidades, tanto individuais quanto coletivas, e estabelece diretrizes para combater o racismo. Desde sua inauguração, em novembro de 2006, o Odomodê tem desempenhado um papel crucial na promoção da igualdade racial e no fortalecimento da identidade da juventude negra e no desenvolvimento de ações socioeducativas.

Portanto, é um equipamento pioneiro na temática da juventude negra e tem por objetivo pautar a temática da juventude como uma política pública, voltada para ações socioeducativas que promovam a inclusão socioeconômica de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos. O Odomodê adota uma abordagem participativa, na qual os jovens são incentivados a serem protagonistas em todas as etapas do processo.

As principais atividades desenvolvidas incluem: Oficinas Culturais e Artísticas – capoeira, dança, música e outras expressões culturais afro-brasileiras, promovidas para fortalecer a identidade cultural dos jovens; Formação Educacional e Profissional – programas e cursos que visam aumentar as oportunidades educacionais e profissionais para jovens negros, ajudando-os a alcançar seu pleno potencial, dentro do seu projeto de vida; Debates e Palestras sobre Igualdade Racial – atividades educativas que abordam temas relacionados à igualdade racial, direitos humanos e cidadania, promovendo a reflexão e a conscientização; Fortalecimento da Identidade e Cultura Afro-Brasileira – através de atividades culturais, educacionais e sociais, o Odomodê promove o conhecimento e a valorização da história e cultura afro-brasileira, fortalecendo a identidade dos jovens negros.

Este artigo propõe-se a descrever a implementação do Núcleo Afro Odomodê. Primeiramente, será apresentada a trajetória desse núcleo, delineando os antecedentes que culminaram em sua criação, incluindo o contexto político, social e educacional que

<sup>2</sup> Nos relatórios anuais dos anos de 2017 a 2020, o Núcleo Afro Odomodê é citado como sendo a primeira e única política pública voltada exclusivamente para a juventude negra em todo o território brasileiro, porém não encontramos outros dados que nos permitam fazer essa afirmação.



motivou sua fundação. Serão destacados os principais marcos, eventos e atores envolvidos nesse processo, desde a sua origem em 2005 até o presente momento. Estruturado da seguinte forma: Odomodê da R(E)xistência - breve contexto histórico, seguido de Espaço de Educação Social não escolar, seguido das considerações finais, encerrando com as referências.

### **Odomodê da R(E)xistência: breve contexto histórico**

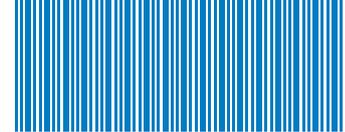
Racismo é um câncer estrutural. Esse fato não depende da sua opinião. Ou você coopera com essa estrutura, ou você ajuda na demolição. Alguém avisa pro falso cristão que todo jovem preto um dia foi um feto. Não venha me dizer que é a favor da vida. Se quando nos assassinam você fica quieto (César MC, 2021).

O espaço educativo Núcleo Afro Odomodê se inicia como uma resposta às demandas e preocupações surgidas no contexto do município de Vitória, configurando-se como uma política pública articulada a partir de um amplo movimento liderado por organizações da sociedade civil. Essa iniciativa foi impulsionada, em grande medida, por uma série de estudos realizados no final da década de 1990 e início dos anos 2000, os quais evidenciaram a necessidade premente de intervenções voltadas para as juventudes.

Conforme ressaltado por Aquino (2009), esse período se caracterizou por um esforço notável na formulação de políticas públicas direcionadas ao segmento juvenil; tal empreendimento foi motivado pela crescente preocupação com os múltiplos indicadores de violência enfrentados pela juventude, os quais incluíam questões como a mortalidade precoce, a violência autoinfligida, o desemprego, a evasão escolar e os elevados índices de gravidez na adolescência, conforme dados fornecidos pela UNFPA<sup>3</sup>.

Conforme Rodrigues e Cruz (2011), durante a década de 1990, o estado do Espírito Santo alcançou seu recorde histórico de 58,4 homicídios por 100 mil habitantes; esses dados, conforme Instituto Jones Dos Santos Neves (2015, p. 28), evidenciam um fenômeno que está intrinsecamente ligado a diversos fatores, como vulnerabilidade, violência, ausência do Estado, mas destaca o racismo estrutural como um dos principais elementos.

<sup>3</sup> Documento “Fecundidade e Dinâmica da População Brasileira”, de 2018, da UNFPA, disponível em: [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop\\_brasil\\_web.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop_brasil_web.pdf)



Essa afirmativa se fundamenta na análise dos dados referentes à raça/cor das vítimas, em que se constata que 80,8% das vítimas dos homicídios foram declaradas pretas e pardas. Tal constatação reforça a assertiva de Scherer e Nunes (2018) sobre a dinâmica homicida que direciona sua violência especificamente para jovens, pobres e negros, revelando genocídio da juventude negra das periferias.

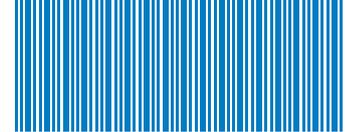
Essa incidência de homicídios pode ser correlacionada com a intensa atuação de grupos de extermínio no Espírito Santo, os quais vitimaram um número alarmante de crianças e adolescentes. Dados compilados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>4</sup> revelam que, durante o período em questão, no estado do Espírito Santo, a taxa de mortalidade violenta mais elevada era entre jovens de 15 a 24 anos, mortes estas que possuem marcadores de gênero, cor, classe social, faixa etária e endereço, concentrando-se na população vulnerabilizada, majoritariamente negra, e representantes do perigo social, pois a “pobreza perigosa” precisa ser disciplinada, normatizada, regulada.

Em um ambiente onde a miséria extrema é uma realidade cotidiana e o extermínio se torna predominante em detrimento da ausência de políticas públicas, com fundamentação higienista, que buscava a “limpeza da cidade” e a preservação da segurança dos denominados “cidadãos de bem”, surgiram os grupos de extermínio.

Diante dessa realidade, na ânsia por garantir justiça pelo crime perpetrado contra seus filhos, um grupo de mães empreendeu esforços significativos para investigar os acontecimentos e pleitear a criação de espaços seguros para seus filhos. Conscientes da necessidade premente de prevenir tais violências, essas mulheres deram origem a um movimento social incisivo. Esse movimento, à época, materializou-se na fundação da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo (AMAFVV), emergindo como um brado contundente contra as práticas violentas que assolam os territórios vulnerabilizados.

Diante desses índices preocupantes, especialmente a violência e a criminalidade, e da ausência de ação preventiva que garanta o atendimento das especificidades das juventudes é que se começa a pensar, a partir dos anos 2000, sobre políticas públicas para juventudes historicamente negligenciadas e marginalizadas, adquirindo maior visibilidade, conforme aponta Abad (2002). Assim, com os índices negativos que as permeiam, os quais

<sup>4</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa realizada entre os anos de 2002 e 2005.



ganham maior dimensão devido à negligência do poder público, somente a partir dos anos 2000 é que as políticas públicas voltadas especificamente para a juventude começam a ser mobilizadas em âmbito nacional, reconhecendo as juventudes como sujeitos que demandam direitos específicos.

Em resposta às demandas históricas das juventudes e às problemáticas específicas relacionadas ao aumento dos índices de violência direcionada a esse grupo demográfico, iniciou-se o desenvolvimento das Políticas Públicas para Juventudes (PPJs). O objetivo primordial dessas políticas era compreender e abordar as pautas prioritárias das juventudes, bem como prevenir a violação de seus direitos.

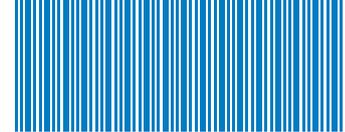
Por meio da política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares foi criado o Projeto de Lei n.º 4530/2004, que integra a ideia da criação do Plano Nacional da Juventude (PNJ), tendo como objetivos:

[...] incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do país, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares (BRASIL, 2004).

Em seguida, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), instituídos a partir da Lei Ordinária n.º 11.129, de 30 de junho de 2005. A partir dessa secretaria, os caminhos para a implementação de políticas públicas voltadas para a juventude começaram a ser abertos.

### **Odomodê, o Início de Tudo**

De acordo com a entrevista conduzida com Luiz Melo, funcionário público que desempenhou um papel crucial na implementação do projeto, o surgimento do Núcleo Afro Odomodê foi liderado por duas servidoras negras do município, Sandra Regina Ferreira e Gilderlândia Silva Kunz. Ambas já estavam envolvidas no atendimento de jovens em condições de vulnerabilidade social e em situação de rua na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Como ainda não havia um espaço específico para tais atividades, o núcleo iniciou suas ações em parceria com o programa Escola Aberta, dentro da Escola Municipal



de Ensino Fundamental Ceciliano Abel de Almeida (EMEF Ceciliano Abel de Almeida).

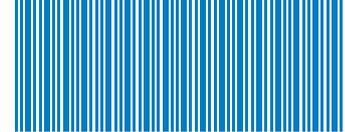
Diante da crescente percepção da necessidade de abordar questões políticas e educativas, Sandra Regina Ferreira e Gilderlândia Silva Kunz propuseram a criação de um ambiente educacional dedicado à discussão das relações étnico-raciais, denominado Projeto de Inclusão Social da Juventude. Essa iniciativa foi implementada dentro da Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes, Jovens e Idosos (GSC) da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura de Vitória.

A principal intenção era estabelecer um espaço educativo que possibilitasse reflexões e debates sobre questões étnico-raciais. Embora o Núcleo Afro Odomodê não estivesse diretamente vinculado ao sistema educacional municipal, sua missão era proporcionar formações educacionais alinhadas com as políticas juvenis. Como destacado por Brandão (1989), a educação não se limita à escola e não há um único modelo educacional válido. Nesse contexto, a criação do Núcleo Afro Odomodê representou um avanço significativo na implementação de um espaço educativo alternativo, focado na promoção da igualdade étnico-racial e no fortalecimento dos vínculos comunitários.

Portanto, inserido nesse contexto social e histórico e com um caráter eminentemente educativo, o Núcleo Afro Odomodê começa a ser estruturado como Programa de Inclusão Social da Juventude Negra - Odomodê, estabelecido em 2005. Suas diretrizes são fundamentadas na Lei Federal nº 8.069 de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004). Esses instrumentos visam garantir o acesso aos direitos sociais dos assistidos pelo programa, promovendo a inclusão e a cidadania, constituindo-se em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos:

Dessa forma o Odomodê se constituiu um serviço de convivência de fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 13 a 29 anos. Com o objetivo de conscientizar e estimular a juventude negra a buscar alternativas e possibilidades com autonomia e cidadania. Através da arte e da cultura, o Odomodê trabalha e ressignificação étnica, ou seja, olhar para si e sobre o outro (VITÓRIA, 2010).

Nesse período em questão, a Promoção da Igualdade Racial contemplava as políticas voltadas para a população negra e suas



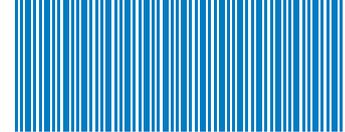
ações eram desenvolvidas em conjunto com a SEMAS. Sendo assim, desde o seu ano de sua fundação, o Núcleo Afro Odomodê contou com o apoio da Gerência da Igualdade Racial, tanto na realização de atividades quanto na reflexão e implementação das políticas do programa:

compreendemos que estão ligados a instâncias dentro do poder público que atuam numa perspectiva afrocentrada é fundamental na medida em que essas parcerias possibilitam avanços e maior qualidade nos serviços oferecidos à população (VITÓRIA, 2010).

No ano de 2005, foi estabelecida a Comissão Permanente de Estudos Afro-brasileiros (CEAFRO) dentro da Secretaria Municipal de Educação (SEME) da Prefeitura Municipal de Vitória. Essa comissão, responsável pela implementação da Lei 10.639/2003 nas redes de ensino, representou um marco significativo na promoção da educação e conscientização sobre a história e cultura afro-brasileira, destacando-se como um mecanismo essencial para essa finalidade. Diante das diversas atividades realizadas pelo Odomodê nas escolas, a comissão apoiava suas ações.

Nesse mesmo ano, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e à Gerência de Promoção Social da Juventude (GPSJ), que integrava o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, destinado a adolescentes e jovens com idades entre 13 e 29 anos, o Odomodê foi reestruturado. Deixando de ser um projeto, passou a constituir o Núcleo de Assistência Juvenil (NUAJU), que buscava atuar como um espaço de formação, orientando os jovens para o combate às desigualdades raciais e sociais, bem como para a luta contra o preconceito, a violência e a exclusão.

Nessa ocasião, o Núcleo de Assistência Juvenil (NUAJU) recebeu a visita de Luís Orlando da Silva, uma das principais referências do cineclube no Brasil. Ele percorria comunidades e cidades exibindo filmes e vídeo-documentários que revelavam a história e a cultura da população negra da África e da Diáspora. Durante essa visita, as responsáveis pelo NUAJU apontaram a necessidade de um nome que se relacionasse com a valorização das culturas afro. Luís Orlando da Silva, então, informa que o nome Ódómódé significa “juventude” na língua lorubá, de origem africana. Consequentemente, o nome oficial do programa passou a ser Programa de Inclusão Social da Juventude Negra – ODOMODÊ.



## Inauguração do Odomodê

Em novembro de 2006, o Programa de Inclusão Social da Juventude Negra – ODOMODÊ, foi inaugurado durante a gestão do então prefeito, João Coser. A cerimônia de inauguração contou com a presença do grupo Racionais MC 's, marcando um momento significativo para a consolidação do núcleo como um espaço de inclusão e valorização da cultura afro-brasileira. Desenvolvendo ações de caráter artístico e cultural, o núcleo promovia atividades que visavam a capacitação e o empoderamento dos jovens, incentivando a conscientização e o engajamento social por meio de:

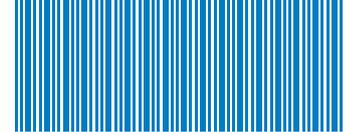
oficinas de penteado afro, canto break, percussão, moda, forró, graffiti, que valorizavam o protagonismo juvenil e contribuem com a autoestima dos/ das jovens, rodas de conversa, debates, exibição de filmes, apresentação nas escolas e em outros espaços culturais também são iniciativas do Odomodê realizadas junto aos jovens para orientar, tirar dúvidas e formar opinião crítica sobre diversos assuntos do universo jovem (VITÓRIA, 2010).

O programa, então, inicia sua execução por meio de uma parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Fundação Monte Belo, responsável pela gestão e administração dos recursos financeiros. Localizado no Bairro Bonfim, o projeto foi concebido com o propósito de abranger os territórios periféricos circundantes ao referido bairro. Sua área de atuação incluía os bairros São Benedito, Bairro da Penha, Itararé, Santos Dumont, São Cristóvão, Engenharia e Maruípe. Sendo as diretrizes:

Desenvolver ações de carácter artístico e cultural por meio de oficinas como penteado afro, canto break, percussão, moda, forró e grafite, que valorizem o protagonismo juvenil e contribuam com a autoestima dos jovens (VITÓRIA, 2010).

A realização das oficinas de percussão resultou na formação de um grupo de percussão juvenil denominado banda Núcleo Afro da juventude. Essa iniciativa tinha um carácter itinerante, pois o grupo se apresentava em escolas, bairros e eventos promovidos pela prefeitura.

A banda de percussão do Núcleo Afro da Juventude conquistou importantes espaços em pouco tempo. A primeira apresentação do grupo foi realizada na praça do bairro São Benedito. Uniformizados com identificação da Prefeitura Municipal, dezenas de jovens desceram o morro batucando e cantando, instigando os olhares vindos das janelas das casas e aproximando



as pessoas da comunidade para irem ver de perto. “Chamamos muito a atenção das pessoas, e elas perguntavam o que acontecia. Pudemos nos aproximar da comunidade pela alegria e pela arte”, conta Sandra (VITÓRIA, 2011).

Nesse contexto, o Núcleo Afro Odomodê emergiu como um espaço educativo, de formulação de políticas públicas, e proximidade com a comunidade por meio da disseminação da arte e da cultura afro. Um acontecimento significativo que ocorreu nesse percurso foi a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, que visa assegurar à população negra a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais e coletivos, além do combate à discriminação. Complementarmente, o Estatuto da Juventude, estabelecido pela Lei nº 12.852/2013, dispõe sobre os direitos da juventude, reforçando a importância de políticas públicas específicas para esse segmento da população.

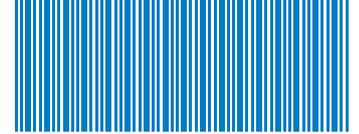
Esses marcos legais, alinhados às reivindicações dos movimentos sociais, forneceram a base para a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e para o reconhecimento da importância das políticas públicas para juventude.

Essa legislação é direcionada a orientar e difundir novas perspectivas em relação às juventudes, não se limitando apenas a uma política juvenil de provisão de auxílios pontuais. Tratava-se de políticas públicas destinadas à juventude que transcendem a concepção de meros auxílios ocasionais. A partir dessas legislações, a juventude é vista como sujeito de direitos e reconhecida em sua integralidade. Seguindo as diretrizes do Estatuto da Juventude, o Núcleo Afro Odomodê passa a atender adolescentes com idades entre 15 e 29 anos.

No ano de 2013 o Odomodê estava em execução pela Fundação Educacional João XXIII. Nesse período, a sede do Odomodê foi transferida do bairro Bonfim<sup>5</sup> para a comunidade do Bairro da Penha. Posteriormente, entre os anos de 2014 e 2016, o referido núcleo foi administrado pela Organização da Sociedade Civil (OSC) Instituto Gênese - IG, estando estabelecido no território da Fonte Grande. As diretrizes do Núcleo Odomodê, previstas durante esse período, incluíam:

Promover a igualdade racial; Mobilizar, organizar e estimular a inserção Comunitária; Identificar e valorizar potencialidades; Estimular e viabilizar

<sup>5</sup> Endereço locado na rua Areobaldo Bandeira, 04, Bairro Bonfim - Vitória/ES - CEP 29047-025



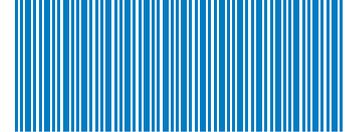
o reconhecimento de jovens na sociedade; Buscar Geração de Renda; Ressignificar a Identidade étnico-racial; Valorizar a autoestima, e reconstruir a memória coletiva. Funcionar como centro de referência em capacitação/formação para ressignificação da Identidade Étnica e temas transversais (VITÓRIA, 2014).

Conforme entrevista conduzida com Giovane Lima, doutorando em Artes Visuais que contribuiu na implementação da política de juventude no governo do estado no ano de 2017, o equipamento de juventude passou por uma transição significativa em sua estrutura executiva. Essa mudança decorreu de um realinhamento de interesses políticos, construído a partir do diálogo com a sociedade, o legislativo e o executivo. Denominado “Papo pela Cidade”, esse diálogo culminou na aprovação do Plano Municipal de Juventude aprovado pelo então prefeito Luciano Rezende.

Conforme Giovane, os direitos da juventude, observados a partir da perspectiva dos direitos humanos, são mais amplos e garantem maior acesso do que a perspectiva da assistência social, que visa a convivência e o fortalecimento de vínculos com caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários. No entanto, com a implementação do Estatuto da Juventude, o jovem passa a ser visto em sua integralidade, como sujeito de direitos.

Dessa forma, a perspectiva ampliada dos direitos humanos beneficia ainda mais os jovens, proporcionando uma abordagem mais abrangente e inclusiva em relação aos seus direitos e necessidades. Diante disso, a execução do Núcleo Afro Odomodê foi transferida da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), que atuava dentro da gerência de juventude, para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Trabalho (SEMCID), por meio da Coordenação de Políticas de Direitos da Juventude, criada pelo Decreto N° 17.005/17. Esse decreto estabelece a forma de organização e regulamenta o funcionamento das Unidades Administrativas da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, entre outras providências.

Diante disso, a Coordenação de Políticas das Juventudes da SEMCID é respaldada pela Lei n° 11.129/2005, com seus princípios e diretrizes ancorados no Plano Municipal de Juventudes (Lei 8.784), no Estatuto da Juventude (Lei n° 12.852/2013) e no Estatuto da Igualdade Racial (Lei n° 12.288/2010). Essas normativas orientam e fortalecem as ações da coordenação, assegurando uma abordagem integrada e coerente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.



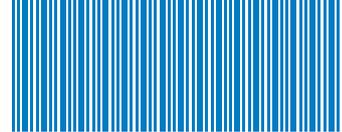
Dito isso, nesse mesmo ano foi lançado o Chamamento Público 002/2017, com o objetivo de selecionar uma Organização da Sociedade Civil (OSC) para assumir a gestão do Núcleo Afro Odomodê, agora sob a responsabilidade da SEMCID. Com a celebração do Termo de Colaboração N° 117/2017 entre a SEMCID e a OSC Bem Brasil, o equipamento de juventude foi reinaugurado em julho de 2018 pelo prefeito Luciano Rezende, com sede no Morro do Quadro, atuando entre os anos de 2017 a 2021, com o seguinte objetivo:

Oferecer, mensalmente, o acesso a 120 adolescentes e jovens, de 15 a 29 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social e pessoal, a oportunidades dignas de formação, convivência e participação buscando estimular, sensibilizar e mobilizar a juventude negra do município de Vitória para o combate às desigualdades raciais e sociais, e para a luta contra os preconceitos, violências e exclusões (VITÓRIA, BEM BRASIL, 2020).

Em 2021, durante a gestão do prefeito Lorenzo Pazolini, houve um período em que o referido equipamento permaneceu sem atendimento por alguns meses. Nesse período, a execução direta ficou sob a responsabilidade da SENCID (Secretaria de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho), entretanto sem uma equipe de trabalho constituída. Essa situação perdurou até a realização de um novo chamamento público n° 5409640/2022, sendo selecionada a Organização da Sociedade Civil (OSC) Instituto de Promoção Humana, Aprendizagem e Cultura (IPHAC). Desde então, e até o presente momento, o IPHAC tem atuado através do termo de colaboração de número 160/2022. sobre os seguintes princípios:

oportuniza espaços de convivência, conhecimento e oportunidades. É um espaço seguro e democrático que possibilita o exercício de fala e escuta dos jovens, observando suas potencialidades e necessidades, com ações voltadas para o fortalecimento das identidades étnico-raciais, para o fortalecimento e resgate da cultura africana e afro-brasileira, bem como um espaço para que se possa trabalhar junto às juventudes negras o enfrentamento ao racismo e as discriminações raciais a partir do Estatuto da Juventude, Estatuto da Igualdade Racial, bem como a partir do Plano Municipal de Juventude (VITÓRIA, 2024).

Esses princípios abrangem grupos de estudos, oficinas de produção musical, programas de capacitação profissional, passeios culturais, debates informais, eventos temáticos e diversas outras oficinas e grupos de estudos. Os processos educacionais intencionais implicam conteúdos, métodos, lugares e condições



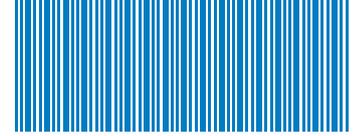
específicas de educação, precisamente para possibilitar aos indivíduos a participação consciente, ativa e crítica na vida social global (LIBÂNEO, 1999).

Embora o Odomodê seja uma política pública de vanguarda no contexto da educação social, ele não estabelece vínculos com o sistema escolar, porém, conforme orienta Paiva (2015), “a educação social se desvela de várias formas e maneiras num cotidiano inventivo” (p. 81). A educação em foco nesta pesquisa é o espaço educativo denominado Núcleo Afro Odomodê, que desenvolve e articula práticas educativas voltadas para jovens negras de 15 a 29 anos. Diversos artistas emergiram do contexto proporcionado pelo espaço educativo mencionado, destacando-se como MC’s e rappers que deixaram sua marca na história do rap capixaba. Nomes como Cesar MC, Noventa, Alex Emissário, Jack da Rua, DUDU, Peter, Beth MC e Buda ganharam destaque nesse cenário cultural.

Além desses, há poetas e poetisas como Jânio Silva e Jaiara Dias, cujas contribuições literárias enriqueceram a cena artística local. As cantoras Monique Rocha e Jady trouxeram suas vozes para amplificar a diversidade musical da região. Nas expressões corporais, dançarinas e dançarinos como Vivian Cunha, Maikon Souza e Jadson Afonso acrescentaram movimento e expressividade à cultura capixaba. No âmbito visual, o grafiteiro profissional Handerson Chi deixou sua marca nas paredes da cidade, contribuindo para a expressão artística urbana. O surgimento e o reconhecimento desses artistas evidenciam o papel significativo que espaços educativos não escolares, desempenham.

### **Odomodê: Espaço de Educação Social não escolar**

A educação em espaços não escolares, em seu caráter profundamente social, aliada à minha trajetória profissional em políticas públicas direcionadas à juventude, foi o principal impulso para a seleção deste campo de pesquisa em educação social. Essa escolha emergiu a partir da minha atuação como profissional de Serviço Social no Núcleo Afro Odomodê, onde desempenhei o papel de assistente social. A experiência no Odomodê me fez perceber que, dentro do território, os jovens subvertem padrões e caminhos, rompendo com o que está posto, insurgindo caminhos, realidades, manifestações/outras, contrariando, por vezes, a política de morte a ela/eles destinados.

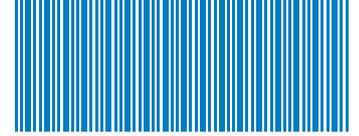


Sendo assim, este estudo reconhece o valor e a importância histórica da educação escolar. No entanto, propõe-se a olhar para a educação de forma mais ampla, para além dos muros da escola, considerando outros espaços educativos possíveis e outras metodologias que têm alcançado, principalmente, jovens que têm vivenciado a desigualdade social e racial. Conforme nos indica Paiva (2015) que a educação deve ser concebida de forma abrangente, ultrapassando os limites da educação formal, uma vez que esta não representa o único nem o mais genuíno cenário de formação e informação para o indivíduo.

Para pensar os espaços educativos para além do espaço escolar recorro ao conceito de Educação Social, a partir dos pensamentos de Violeta Núñez (2004), que nos convoca a pensar a educação social como um fenômeno que se ocupa da superação dos conflitos sociais e do auxílio do desenvolvimento humano e social por meio de ações educativas que visam contribuir para melhorias das relações sociais destinadas, prioritariamente, às pessoas expostas a situações de riscos, visando a luta por seus direitos, pela cidadania e por sua participação efetiva na sociedade, estabelecendo intervenções educativas, promovendo a formação das pessoas, atuando positivamente na transformação social dos sujeitos. A autora define a Educação Social como:

[...] uma aposta social sobre o seu futuro: a incorporação de cada sujeito particular às redes normalizadas da época. A educação social promove a sociabilidade do sujeito para possibilitar seu acesso e circulação por amplos circuitos sociais. [...] São ações particulares em que um agente de educação transmite conteúdos (do amplo patrimônio cultural) considerados necessários para uma disciplina de educação (NÚÑEZ, 2004, p. 40).

Para Núñez (2007a), a Educação Social tem a função de criar e ofertar espaços educativos. Ela deve estar inserida em múltiplos contextos, dentro e fora de instituições educativas, nos diversos setores de políticas públicas como: educação, saúde, assistência, dentre outros locais onde se fizer necessária. Sua função é primordialmente educativa, tendo como objetivo propiciar acesso aos diversos bens culturais, políticos, sociais e cívicos e instrumentalizar os/as sujeitos/as da educação para que consigam transitar pelos sistemas públicos, das comunidades e da sociedade, em geral, de forma autônoma. A Educação Social é uma ação pelos direitos humanos e justiça social cujo objetivo é a emancipação social dos/as sujeitos/as. Núñez escreve que a educação social objetiva:



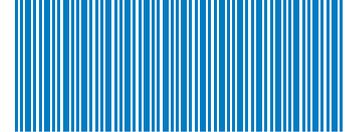
[...] buscar aos cidadãos um quadro de igualdade jurídica, de garantia do exercício dos seus deveres e direitos, mas também de igualdade de oportunidades. Isso implica a existência de ofertas culturais e sociais que facilitem o acesso dos sujeitos às vantagens e exigências da época. Esta é uma responsabilidade pública irrefutável ao longo da infância e da adolescência, tempos em que nossa cultura se dedica exclusivamente à tarefa educativa (NÚÑEZ, 2007b, p. 41, tradução da autora).

É nessa perspectiva educativa social que atua o Odomodê. A organização desenvolve e articula práticas educativas com diversos movimentos com intencionalidade pedagógica, construindo, articulando e debatendo temáticas a partir da realidade cotidiana das/dos jovens negros/as participantes. É um local político específico e próprio, estando entre o público e privado, e na busca dos espaços dos sujeitos no que diz respeito ao estado de exercício dos seus direitos pessoais e coletivos, bem como o respeito (NÚÑEZ, 2007). Em concordância Gohn (2006) aponta uma “educação para cidadania, justiça social, para direitos, liberdade, igualdade, para a democracia, contra a discriminação, para o exercício da cultura e manifestações das diferentes culturas” (pp. 27-38).

### **Considerações finais**

A Educação Não Escolar engloba uma ampla gama de atividades educacionais que ocorrem fora do sistema formal de ensino. Essas atividades podem incluir oficinas de arte, música, dança, esporte, lazer e outras formas de expressão cultural. A diversidade dessas práticas educativas não escolares reflete a multiplicidade de necessidades e interesses dos indivíduos, bem como a capacidade das comunidades de se organizarem para atender a essas demandas através das políticas sociais, nas mobilizações da sociedade civil organizada, práticas estas frequentemente impulsionadas por Organizações Não Governamentais (ONGs) e Movimentos Sociais, que desempenham um papel crucial na oferta de atividades educativas. Além dessas iniciativas da sociedade civil, as políticas públicas institucionalizadas são fundamentais para a promoção de espaços educativos fora da escola. Um exemplo destacado é o Núcleo Afro Odomodê.

Compreende-se que a formação dos indivíduos não se restringe ao ambiente da sala de aula, pois os espaços não escolares desempenham um papel fundamental na construção



de conhecimentos, evidenciando que a educação se estende além dos muros escolares. As políticas públicas, a comunidade, os espaços comunitários, os projetos sociais e todas as ações que ocorrem fora do contexto escolar são componentes essenciais que complementam a educação formal – sendo os espaços não escolares indispensáveis para uma educação completa e inclusiva. Assim, como nos aponta Fuhrmann e Paulo (2014, p. 554), “que na educação não escolar as atividades pedagógicas exercidas numa perspectiva da educação social, da educação não formal e da educação informal”. As autoras nomeiam a Educação Social como:

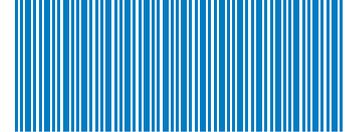
[...] nomina-se de educação social o conjunto organizado de conhecimentos científicos oriundos da Pedagogia Social, que subsidiam processos didáticos, pedagógicos e metodológicos específicos para o desenvolvimento humano e social. Não tem por objetivo precípua o ensino curricular disciplinar, mas o despertar das potencialidades do indivíduo de acordo com o seu ciclo de vida, fortalecendo-o para a vida em sociedade a partir da consciência de cidadania (FUHRMANN e PAULO, 2014, p. 554).

Compreende-se que os espaços não escolares são fundamentais para o desenvolvimento social e humano, especialmente por intermédio de uma perspectiva de educação popular baseada nos princípios de Paulo Freire (2016). Esses espaços oferecem uma abordagem educativa que valoriza o conhecimento dos indivíduos e promove a construção coletiva do saber, em contraste com a educação formal que muitas vezes se baseia em uma transmissão de saber eurocêntrica e unidirecional de conteúdo.

## REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Última Década, Viña del Mar*, CIDPA, no 16, pp. 119-155, mar. 2002.

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/60>>. Acesso em: 5 set. 2019.



BEM BRASIL. Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e do Trabalho (SEMCID). Gerência de Juventude. Planejamento Anual da OSC Bem Brasil das Atividades Realizadas no Núcleo Afro Odomodê no ano de 2020 - Retificação. Espírito Santo, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394 [...] para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” [...]. Brasília, DF: Presidência da República [2003]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 19 nov. 2021.

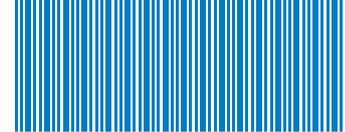
BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, 2010 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm) Acesso em: 17 jul. 2023.

CESAR MC. **Canção Infantil**. Part. Cristal (Videoclipe Oficial). 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ri-eF5PJ2X0> Acesso em: 18 jul. 2023.

COIMBRA, C.M.B; NASCIMENTO, M.L. Ser Jovem, ser pobre é ser perigoso? **Revista de Estudos sobre Juventud**, ano 9, 22, 338-355. 2005.

DICIO. **Dicionário online de Português**. 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/educacao/> Acesso em: 18 jul. 2023.



FUHRMANN, Nadia; PAULO, Fernanda dos Santos. **A formação de educadores na educação não formal pública**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 127, pp. 551-566, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GOHN, M. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, 2006.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. Brasília: Unesco, 2010.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO GÊNESIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Prestação de Contas Final (dezembro de 2017) do Equipamento Núcleo Afro Odomodê. Convênio 01/2013. Processo de nº 7244673/2018. Espírito Santo, 2018.

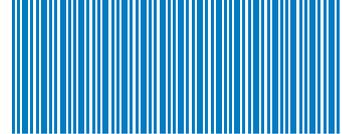
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Juventude e violência: uma análise comparativa dos homicídios no Estado do Espírito Santo**. Vitória, ES, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo. Editora Cortez, 1999.

NUÑEZ, Violeta. **Pedagogia Social: Cartas para Navegar en el nuevo milênio**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Santillana, 2004.

NÚÑEZ, Violeta. Pedagogía Social: un lugar para la educación frente a la asignación social de los destinos. *In*: **Conferência pronunciada em el Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología**. 2007a.

NÚÑEZ, Violeta. ¿Qué se sujeta (o se entiende por sujeto) en educación? Acerca de la gobernabilidad. **Propuesta educativa**, no 27, pp. 37-49. 2027b.



PAIVA, Jacyara Silva de. **Epistemologia da educação social de rua**. Publicação periódica do Centro UNISAL, sob a coordenação do Programa de Mestrado em Educação Ano XII-Nº 22-1º Semestre/2010, p. 171.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Decreto nº 17.005** SEGOV/gdo Diário Oficial do Município de Vitória. Estabelece a forma de organização e regulamenta o funcionamento das Unidades Administrativas da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos e dá outras providências. Vitória do Estado do Espírito Santo, 2017.

RODRIGUES, Márcia Barros F.; CRUZ, Deivison Souza. Políticas públicas e gestão urbana: o caso da região metropolitana da Grande Vitória no estado do Espírito Santo. **Dimensões**, vol. 27, pp. 23-39, 2011.

SCHERER, G.A.; NUNES, C.F. Juvenicídio: descartabilidade da vida humana no Brasil contemporâneo. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 6., e 13º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 13., Vitória, 2018. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

VITÓRIA. (2006). **Lei nº 8.784**, de 5 de janeiro de 2006. Institui o Plano Municipal de Juventudes. Prefeitura Municipal de Vitória.

VITÓRIA. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **Criação: ano de 2005** - De Cineclube a Núcleo Afro da Juventude: descobrindo o protagonismo. Texto Portfólio, Espírito Santo, 2011.

Recebido em: 18/06/2024

Avaliado em: 15/07/2024

Aceito em: 14/08/2024

